Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980 e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - BM&F BOVESPA (SOND3).

A Companhia e suas controladas têm por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ocorreu em 26 de março de 2019.

As políticas contábeis estão descritas na Nota 23.

3. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de mercado; (iv) Risco de moeda; e (v) Risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Fatores de risco

3.1

3.2

3.2(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

3.2(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

3.2(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

3.3 Análise de sensibilidade

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira e variação do preço de ações nos instrumentos de renda variável mantidos pela Companhia.

		Controladora			Consolida		
		Variações no saldo				Variações no saldo	
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2018	50%	25%	Valores expostos em 31 de dezembro de 2018	50%	25%
Fator de risco câmbio							
Caixa e equivalentes de caixa	US dollar				169	85	42
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	US dollar	16.267	8.134	4.067	25.578	12.789	6.395
Investimentos	US dollar	13.653	6.827	3.413			
		29.920	14.960	7.480	25.747	12.874	6.437
Fator de risco variação do preço de ações							
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Variação do preço de ações	13.629	6.815	3.407			
Ativos por meio de outros resultados abrangentes	Variação do preço de ações	16.267	8.134	4.067	25.578	12.789	6.395
Impacto total		29.896	14.948	7.474	25.578	12.789	6.395

Estimativa do valor justo

3.4

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os demais instrumentos financeiros, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, representado por títulos para negociação (Nota 5) e os ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 9) são categorizados no Nível 1, em que os preços são cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Caixa e equivalentes de caixa Recursos em caixa e depósitos bancários					
No país	4.467	3.321	4.467	3.321	
No exterior			169	25	
Caixa e equivalentes de caixa	4.467	3.321	4.636	3.346	

5. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Títulos mantidos para negociação Quotas em fundos de investimento Outras aplicações financeiras	13.629	11.842	13.629 	11.842 4.260
	13.629	11.842	21.020	16.102

6. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber de clientes No país Menos: provisão para impairment de contas	16.632	23.928	16.632	23.928
a receber de clientes	(6.558)	(12.041)	(6.558)	(12.041)
Contas a receber de clientes, líquidas	10.074	11.887	10.074	11.887
Circulante	4.253	11.804	4.253	11.804
Não circulante	5.821	83	5.821	83
	10.074	11.887	10.074	11.887

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A vencer	3.316	2.081	3.316	2.081
Vencidos até 90 dias	965	1.410	965	1.410
Vencidos entre 91 e 180 dias		347		347
Vencidos acima de 180 dias	12.351	20.090	12.351	20.090
	16.632	23.928	16.632	23.928
Provisão para impairment de contas a receber	(6.558)	(12.041)	(6.558)	(12.041)
	10.074	11.887	10.074	11.887

Em 31 de dezembro de 2018, no consolidado, parte do contas a receber de clientes no valor de R\$ 5.793 (2017 - R\$ 8.049) encontrase vencido há mais de 180 dias, mas não "impaired". Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros, considerando a expectativa de recebimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2018, contas a receber de clientes no total de R\$ 6.558 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 12.041) estavam "impaired" e provisionadas, considerando a metodologia de perdas esperadas. Os valores em atraso estão sendo cobrados pela Administração da Companhia, segundo a qual uma parcela deve ser recuperada durante os próximos anos.

<u>-</u>	Controladora		Consolidado	
<u>-</u>	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo inicial em 1o de janeiro Reversão de provisão para impairment de contas a receber (i)	(12.041) 5.100	(12.919) 878	(12.041) 5.100	(12.919) 878
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	383		383	
Saldo final em 31 de dezembro	(6.558)	(12.041)	(6.558)	(12.041)

(i) As reversões ocorridas no exercício de 2018 estão atreladas à redução das perdas esperadas pelo recebimento, antes do tempo originalmente estimado, de faturas em aberto de longa data junto a entidades da Administração Pública.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outras contas a receber

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia tem a receber oriundos dos serviços a faturar:

		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Serviços a faturar No país Menos: provisão para impairment de contas	13.595 (3.224)	14.102 (4.612)	13.595 (3.224)	14.102 (4.612)	
Outras contas a receber, líquidas	10.371	9.490	10.371	9.490	
Circulante Não circulante	4.719 5.652	9.490	4.719 5.652	9.490	
	10.371	9.490	10.371	9.490	

A movimentação da provisão para perdas esperadas com "outras contas a receber" está abaixo descrita:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial em 1o de janeiro	(4.612)	(2.695)	(4.612)	(2.695)
Reversão para impairment de contas a receber	1.388	(1.917)	1.388	(1.917)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício				
como incobráveis				
Saldo final em 31 de dezembro	(3.224)	(4.612)	(3.224)	(4.612)

Na tabela a seguir, a composição dos serviços a faturar em relação a data de medição dos serviços concluídos, que equivale a data de cumprimento da obrigação de performance:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Serviço não faturado:				
Em até 90 dias após a medição	4.719	5.096	4.719	5.096
Entre 91 e 180 dias após a medição		189		189
Acima de 180 dias após a medição	8.876	8.817	8.876	14.102
	13.595	14.102	13.595	14.102
Provisão para impairment	(3.224)	(4.612)	(3.224)	(4.612)
	10.371	9.490	10.371	9.490

Em 31 de dezembro de 2018, o Contas a Receber de clientes por serviços já prestados, a faturar, no total de R\$ 3.224 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 4.612) estavam "impaired" e provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros, considerando a expectativa de recebimento da Administração.

8. Tributos a recuperar

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IRPJ e CSLL	2.033	1.083	2.033	1.083
PIS e COFINS	941	660	941	660
IRRF	1.117	1.544	1.117	1.544
Outros	707_	516	1.093	828
	4.798	3.803	5.184	4.115

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Títulos negociados no mercado					
País				111	
Estados Unidos	16.267	16.954	25.578	28.195	
Total - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	16.267	16.954	25.578	28.306	

10. Investimentos

9.

10.1 Composição do saldo

		Controladora
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Investimento em controladas		
Sondotécnica Tecnologia S.A.	3.509	4.119
Sondotécnica International Co.	13.653	11.628
	17.162	15.747

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos

10.2

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2017	3.612	10.935	14.547
Participação nos lucros de controladas e coligadas Variações cambiais Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	507	(81) 190 584	426 190 584
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.119	11.628	15.747
	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2018	4.119	11.628	15.747
Participação nos lucros de controladas e coligadas Variações cambiais Dividendos recebidos e/ou a receber Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(825)	447 1.977 (399)	662 1.977 (825) (399)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.509	13.653	17.162

10.3 Resumo das informações financeiras

	Sondotécnica	Sondotécnica
	Tecnologia	International
Em 31 de dezembro de 2018		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	3.538	13.718
Total de passivos	5	65
Patrimônio líquido	3.317	13.205
Lucro líquido (prejuízo)	216	448
Em 31 de dezembro de 2017		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	4.266	11.683
Total de passivos	118	55
Patrimônio líquido	4.148	11.627
Lucro líquido (prejuízo)	511	(83)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições a pagar

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PIS / COFINS	2.443	2.357	2.443	2.357
ISS	1.140	1.231	1.140	1.231
IRPJ/CSLL	2		7	118
Outros	496	532	496	532
	4.081	4.120	4.086	4.238

12. Parcelamento do INSS

Em novembro de 2017 a Companhia efetuou a desistência do parcelamento PAEX- Excepcional cuja adesão correu em setembro de 2016, para adoção do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, sendo os principais termos os seguintes:

- Pagamento em 145 parcelas
- Vencimento em 2030
- Atualização pelo Selic

	Controlado	Controladora e Consolidado		
	31 de	31 de		
	dezembro de	dezembro de		
	2018	2017		
Saldo Incial	2.371	2.580		
Juros	(9)			
Valor Pago	(210)	(209)		
Saldo Final	2.152	2.371		

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Passivo diferido Parcelas não recebidas em contratos de longo prazo e Variação Cambial (i) Ganhos de valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes e variação cambial de investimento	(497)	(787)	(497)	(787)	
no exterior	(2.529)	(2.075)	(2.529)	(2.075)	
	(3.026)	(2.862)	(3.026)	(2.862)	

(i) Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79.

14. Provisões para contingências

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 3.392, na controladora (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.799), e de R\$ 3.392, no consolidado (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.799), é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações judiciais e administrativas em andamento.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento de processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. O valor de perdas possíveis, na controladora e consolidado, é de R\$ 3.350.

A Companhia aderiu ao programa Concilia Rio instituído pelo município do Rio de Janeiro, obtendo redução no valor das condenações impostas nos autos dos processos nºs 0085288-74.2001.8.19.0001 e 0096400-69.2003.8.19.0001, que tiveram seus trâmites perante a 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, e, consequentemente, extinguiu definitivamente aqueles débitos mediante o pagamento da quantia total de R\$ 9.620, em 31 de julho de 2018, apurado no processo administrativo nº 11/512.945/2018, em trâmite perante a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que indicava como devida, antes da referida redução, a quantia de R\$ 19.658.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	Consolidad		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Proventos	1.995	1.337	
Contribuição ao INSS	291	267	
TOTAL	2.286	1.604	
a) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui	
b) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui	
c) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui	
d) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui	

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe "A" e 817.300 preferenciais classe "B", todas sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

16.2 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial do investimento mantido na subsidiária no exterior, Sondotécnica International Co., assim como ao valor justo dos ativos avaliados por meio de outros resultados abrangentes mantidos pela Companhia, conforme Nota 9.

16.3 Reservas de lucros

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2018, a Companhia optou por deliberar, além dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 761 já colocados à disposição da Assembleia em 2017, R\$ 2.239, totalizando o montante de R\$ 3.000 conforme AGO.

16.4 Ações em tesouraria:

Não houve movimentação de ações em tesouraria, no período. A Companhia mantém em tesouraria 26.700 ações ao custo médio de R\$ 39,24 (trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) por ação no montante total de R\$ 1.048 (R\$ 1.048 em 31 de dezembro de 2017).

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Vendas brutas de produtos e serviços Prestação de serviços	57.608	56.742	57.608	56.742	
Impostos sobre vendas Devoluções e Abatimentos	(7.724) (1.021)	(7.258) (98)	(7.724) (1.021)	(7.258) (98)	
Receita líquida	48.863	49.386	48.863	49.386	

18. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesa de benefícios a empregados	25.103	28.848	25.103	28.848
Serviços de terceiros	16.627	14.549	16.631	14.614
Depreciação e amortização	414	498	414	498
Outras despesas/receitas	5.049	5.022	5.701	5.509
	47.193	48.917	47.849	49.469
Custo das vendas	33.242	34.309	33.242	34.309
Despesas administrativas	17.332	17.001	17.370	17.127
Outras despesas/receitas	(3.381)	(2.393)	(2.763)	(1.967)
	47.193	48.917	47.849	49.469

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	Controladora Consolida			
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	552	946	1.295	1.310
Rendimento de juros	1.370	2.152	1.370	2.598
Variações monetárias e cambiais ativas	8.496	2.319	8.496	2.319
Total da receita financeira	10.418	5.417	11.161	6.227
Despesa financeira				
Variações monetárias e cambiais passivas	(5.091)	(2.146)	(5.091)	(2.146)
Despesas com juros	(81)	(564)	(81)	(564)
Despesas bancárias	(175)	(134)	(203)	(137)
Total da despesa financeira	(5.347)	(2.844)	(5.375)	(2.847)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	5.071	2.573	5.786	3.380

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da Companhia e do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

		Controladora	1	Consolidado
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.741	3.042	6.800	3.297
Imposto calculado com base em alíquota legal	2.292	1.034	2.312	1.121
Resultados de controladas por equivalência patrimonial	(225)	(145)		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	114	203	114	203
Compensação de prejuízo fiscal para o qual nenhum crédito fiscal diferido havia sido reconhecido Efeito de diferenças temporárias para os quais nenhum	(924)	(,,,,,,)	(924)	(,
imposto diferido foi anteriormente reconhecido	(1.487)	(1.255)	(1.674)	(1.236)
Encargo fiscal	(230)	(163)	(172)	88
Despesa com IR e CS corrente	2		60	251
Despesa (receita) com IR e CS diferido	(232)	(163)	(232)	(163)
	(230)	(163)	(172)	88

21. Lucro por ação básico e diluído

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

	Controladora		Consolid		
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Resultado Líquido Quantidade média ponderada de ações	6.971	3.205	6.971	3.205	
Líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431	
Lucro/Prejuízo por ações	2,86754	1,31839	2,86754	1,31839	

22. Seguros (não auditado)

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ativo Segurado	Modalidades	Moeda	Valor Segurado
Imobilizado	Incêndio	R\$	3.745
Imobilizado	Veículos	R\$	708
Imobilizado	Equipamentos	R\$	110

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

23. Demais políticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

23.1 Ativos financeiros

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23.1(a) Classificação

A partir de 10 de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

23.1(b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

23.1(c) Mensuração

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito da Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

23.1(d) Impairment

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de 10 de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Caixa e equivalente de caixa

23.2

23.3

23.4

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Outras contas a receber - Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

	Participação - %	
	31/12/2018	31/12/2017
Empresas	-	
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

23.5 Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica.

23.6 Intangível

23.7

23.9

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

23.8 Fornecedores

Os fornecedores são reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23.10 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

23.11 Reconhecimento de receita

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado no momento em que satisfaz a obrigação de desempenho estabelecida nos contratos com seus clientes, com base na medição das etapas de execução de seus serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

23.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

23.13 Dividendos propostos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 16.3.

23.14 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo CPC.

23.15 Demonstração do valor adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

23.16 Mudanças em políticas contábeis

Abaixo estão apresentadas as novas normas e alterações de normas que entraram em vigor em 1° de janeiro de 2018:

IFRS 15 Revenues from contracts with customers: Na nova norma, a receita passa ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita.

A Companhia presta serviços em contratos de longo prazo, o que poderia trazer impactos no que tange ao momento em que as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Considerando, porém, que a Companhia (i) possui direito executável ("enforcement") ao pagamento pelo desempenho concluído; e (ii) realiza, conforme estipulado em contrato, medições mensais de seus serviços que são acompanhadas do "de acordo" dos clientes quanto ao cumprimento de sua obrigação de performance, a Administração concluiu que a nova norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 9 Financial Instruments: Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2017, instrumentos classificados na categoria "ativos financeiros disponíveis para venda", cujas mudanças do valor justo eram substancialmente reconhecidas nos seus resultados abrangentes até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A partir da análise realizada sobre os impactos do IFRS 9, a Companhia, além de ter efetuado a reclassificação das nomenclaturas, reclassificou R\$ 958 de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Esta reclassificação de categoria gerou um aumento de R\$ 880 no saldo de prejuízos acumulados e uma redução no saldo de ajuste de avaliação patrimonial de igual valor em 1º de janeiro de 2018.

23.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para contingências

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

23.18 Demonstrações consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) — Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

As informações das investidas estão relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

	Participação - %	
	31/12/2018	31/12/2017
Empresas	-	
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31

23.19 Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	50,75%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engevix	45%

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consórcio Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcio Grupo Consultor 5	25%
Consórcio PCE – Sondotécnica (PCE)	50%
Consórcio PCESondotécnica (VLT)	50%
Consórcio Integração MT-Planservi/Sondotécnica	50%
Consórcio GSPV Linha 9	35%
Consórcio GSPV Linha 13	35%
Consórcio Supereng Barragens	28%
Consórcio Gerenciador Lapa-Lip	50%
Consórcio Supervisor Proinfra	48%

23.20 Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$ 3.727 em 1º de janeiro de 2019, aplicando a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Conselho de administração

Jaime Rotstein
Presidente
CPF 003.520.127-49

Daniel Bergman
Carolina Rotstein Schor Accioly
Conselheiro
Conselheira
CPF 055.268.477-56
CPF 087.091.507-06

Diretoria

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Jaime Rotstein Presidente CPF 003.520.127-49 Homero Valle de Menezes Cortes Diretor

CPF 241.098.357-04

José Antonio Mazzoco

Luiz Antonio M. Santanna Diretor CPF 335.452.437-53

Fábio Bergman Diretor

Diretor CPF 082.820.237-01 CPF 694.078.608-25

Telma Regina Matias da Silva Contadora CRC-SP 208096/O-7 T-RJ